

Relatório Anual de Informações aos Participantes e Assistidos **2015**



Plano de Benefícios 1

PB1

Sumário

01

Apresentação

pág. 03

02

Gestão Previdencial

pág. 04

03

Gestão Contábil

pág. 10

04

Gestão de Investimentos

pág. 14

05

Governança Corporativa

pág. 24

Redação, Edição e Diagramação
Previdência Usiminas

Esta é uma publicação anual produzida pela Previdência Usiminas em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários que disciplinam as Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC

Apresentação

Mais do que atender aos dispositivos legais, este relatório visa cumprir nosso compromisso com a transparência, ao mantê-lo informado sobre os resultados do seu Plano de Aposentadoria no ano de 2015 e a gestão de seus recursos. Com a edição de mais esta publicação, o momento é de balanço e de agradecimento à participação e ao apoio daqueles que, direta ou indiretamente, contribuem para o dia a dia de uma entidade cada vez melhor.

O ano de 2015 nos deixou a impressão de ainda não ter terminado e evidenciou que o rigor aos padrões de ética e conduta, sem prejuízo aos mecanismos de controle e fiscalização adequados, é um desafio para o crescimento do país. Enquanto a equipe econômica do governo não conseguir gerar expectativas mais consistentes acerca do cumprimento das metas estabelecidas para a inflação, de que a taxa de juros irá convergir para tornar o mercado mais competitivo e que haverá medidas sólidas para recuperação do equilíbrio fiscal, entre outras questões relevantes, o que podemos esperar é a continuidade das oscilações dos mercados financeiro e de capitais e um desempenho para 2016 semelhante ao de 2015.

Em que pese tais questões, a atenção crescente à governança na Previdência Usiminas é considerada a pedra-de-toque para uma gestão eficaz. Em 2015 intensificamos esforços no aprimoramento de nossas competências com a continuidade do processo de certificação dos membros colegiados, o aperfeiçoamento dos mecanismos de governança e controles internos e o programa de capacitação de nossos profissionais.

Nesse contexto, ressalta-se a importância de contarmos com processos bem fundamentados e consistentes para a

melhor condução das atividades da entidade. Como suporte à elaboração das Políticas de Investimentos, redobramos a atenção aos estudos técnicos a fim de identificarmos a melhor composição para as carteiras de investimentos de cada um dos planos e maximizarmos os resultados. Para propiciar ainda mais segurança nas alocações de longo prazo, realizamos estudos complementares na busca por um diagnóstico aprofundado acerca da liquidez projetada, com respeito às características de cada plano em relação ao fluxo de pagamento dos benefícios.

Atentos às oportunidades, porém - e pautados em nossa experiência de mais de quatro décadas - continuaremos a nos guiar pela cautela e conservadorismo na administração dos planos de benefícios. Para isso, firmamos nosso compromisso com valores perenes, como ética, integridade e transparência.

Para nós, cuidar do seu plano é edificar um futuro sustentável e de oportunidades. Desta maneira, ressaltamos a importância de nossa parceria e de seu posicionamento proativo para o fortalecimento dos pilares desta construção. E você pode fazer isso de várias maneiras: por meio de um adequado planejamento financeiro e previdenciário, da atenção à economia do país de forma consciente e do acompanhamento do desempenho e da gestão do seu plano. E tenha a certeza de que continuaremos trabalhando com o profissionalismo e a transparência que sempre foram as principais marcas da relação de confiança entre a Previdência Usiminas e seus participantes.

Boa leitura!

Gestão Previdencial

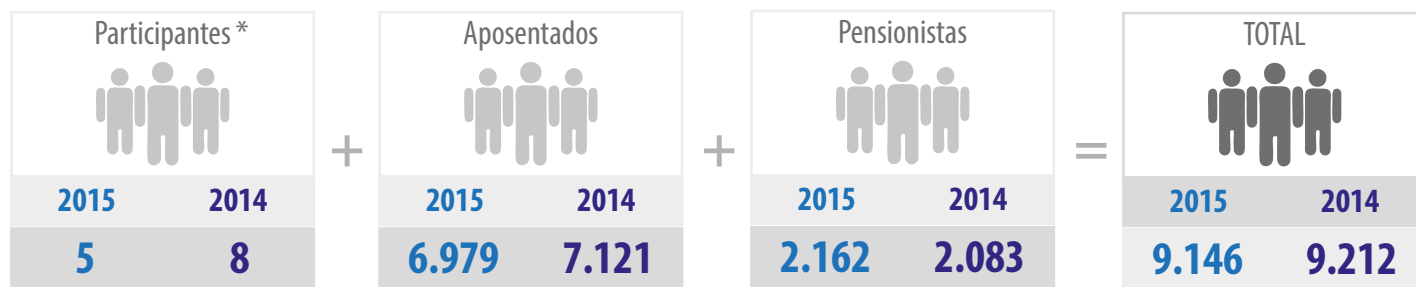


Plano de Benefícios

O Plano de Benefícios 1 – PB1, estruturado na modalidade de Benefício Definido (BD) está inscrito no Cadastro Nacional de Plano de Benefícios das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – CNPB sob o nº 1979.0035-56.

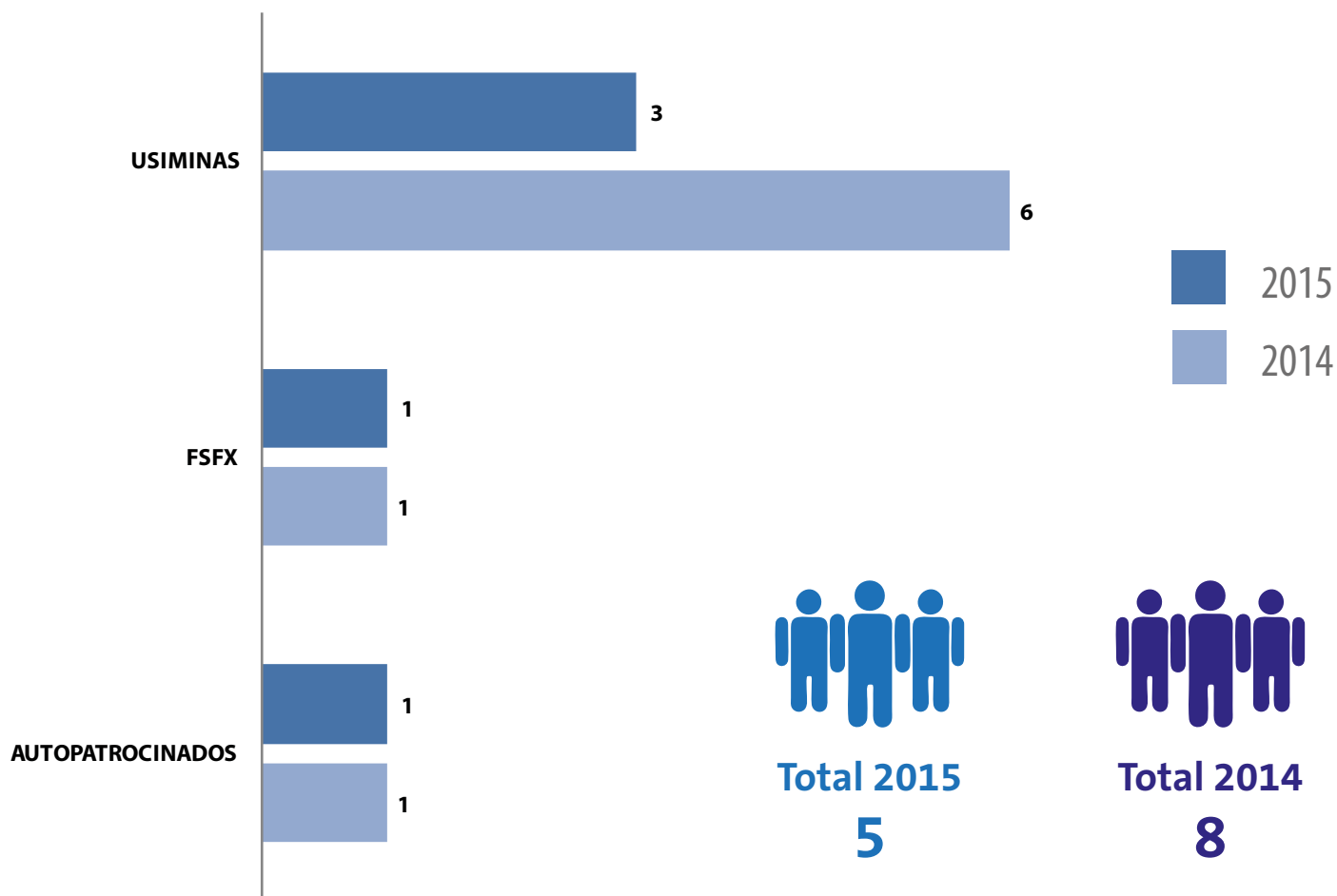
Ao final do exercício o Plano contava com uma população de 9.146 participantes e assistidos (aposentados e pensionistas). A folha de pagamento dos assistidos ultrapassou R\$ 291 milhões em 2015. Os gráficos e quadros a seguir informam os principais números do Plano em comparação com o exercício de 2014. Acompanhe:

1. Participantes, Aposentados e Pensionistas



* Inclui Participantes Ativos e Autopatrocinados

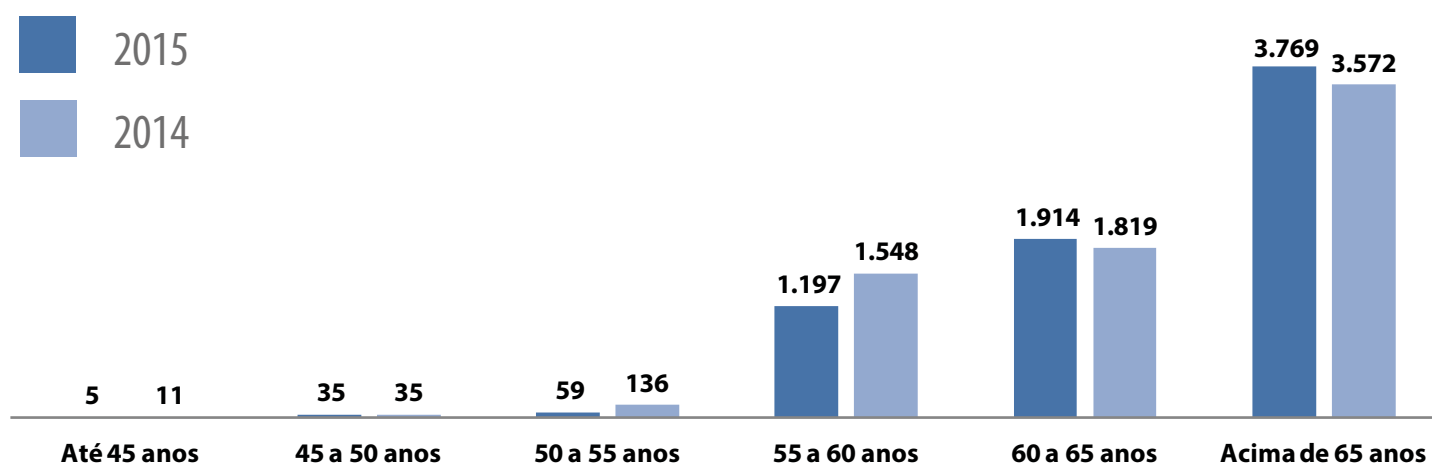
2. Participantes Ativos por Patrocinadora e Autopatrocinados



3. Aposentadorias/Pensão por Tipo de Benefício

Tempo de Contribuição		Especial		Idade		Invalidez		Pensão por Morte	
2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
4.742	4.806	1.546	1.605	27	29	664	681	2.162	2.083

4. Idade Média Atual da Massa de Aposentados



5. Origem e Destinação dos Recursos

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em R\$)

Origem dos Recursos	2015	2014
Contribuições Normais das Patrocinadoras	44.007,46	69.505,96
Contribuições Normais dos Participantes	47.633,29	69.801,57
Contribuições dos Assistidos	1.899.616,97	2.702.796,43
Serviço Passado Contratado	168.900.604,73	158.533.368,30
Total	170.891.862,45	161.375.472,26

Destinação dos Recursos	2015	2014
Pagamento de Benefícios	291.868.999,66	274.732.689,40
Pagamento de Resgate	0,00	0,00
Total	291.868.999,66	274.732.689,40

Um plano é considerado maduro quando a entrada de receitas cai na medida em que cresce o pagamento de benefícios aos aposentados e pensionistas. Este é o caso do PB1, uma vez que praticamente todos participantes estão em fase de recebimento de benefícios. Como demonstrado no quadro acima, as despesas com o pagamento dos benefícios superam, em muito, o valor arrecadado com as contribuições previdenciais. Este é um processo normal em um plano de benefícios. Como as reservas foram formadas, os recursos já foram capitalizados para o cumprimento das obrigações (pagamento dos benefícios).

Síntese da situação atuarial do Plano de Benefícios 1 - PB1

O aspecto atuarial existente na administração de um plano de previdência é um estudo técnico de dados estatísticos, denominado Avaliação Atuarial. Esse estudo deve ser realizado com o objetivo de mensurar os recursos necessários à garantia dos benefícios contratados pelos Participantes, bem como analisar o histórico e a evolução da Entidade como um todo, de forma a apresentar estratégias que permitam a sua adaptação aos novos cenários.

Resumimos abaixo os principais aspectos considerados no Parecer Atuarial do PB1. O documento é integrante das Demonstrações Atuariais (DA) concernente à Avaliação Atuarial do Plano. A íntegra do documento está disponível para leitura no portal da Entidade: www.previdenciausiminas.com, juntamente com as Demonstrações Atuariais.

1. Base cadastral

Para fins da avaliação atuarial do PB1 – exercício 2015, foi utilizado o cadastro de dados individuais posicionado em 31/8/2015.

2. Hipóteses e métodos atuariais

HIPÓTESES ECONÔMICAS E FINANCEIRAS	2015	2014
Taxa Real Anual de Juros	4,50%	4,50%
	Usiminas = 4,11%	Usiminas = 4,11%
Projeção do Crescimento Real de Salário	UMSA = 3,90%	UMSA = 3,90%
	FSFX = 2,53%	FSFX = 2,53%
Projeção do Crescimento Real do Benefício do INSS	0,00%	0,00%
Projeção do Crescimento Real dos Benefícios do Plano	0,00%	0,00%
Fator de Determinação do Valor Real ao Longo do Tempo		
- Salários	97%	97%
- Benefícios do Plano	97%	97%
- Benefícios do INSS	97%	97%

HIPÓTESES BIOMÉTRICAS E DEMOGRÁFICAS	2015	2014
Tábua de Mortalidade Geral	AT – 2000 ¹	AT – 2000 ¹
Tábua de Mortalidade de Inválidos	AT – 1983 ²	AT – 1983 ²
Tábua de Entrada de Invalidez	RRB – 1944 modificada suavizada em 50%	RRB – 1944 modificada suavizada em 50%
Tábua de Rotatividade	Nula	Nula

OUTRAS HIPÓTESES	2015	2014
Probabilidade de Aposentadoria	100% na primeira idade elegível à aposentadoria	100% na primeira idade de elegibilidade à aposentadoria
Elegibilidade ao INSS	100% na primeira idade de elegibilidade	100% na primeira idade de elegibilidade
Idade de Entrada no INSS	Tempo de INSS informado pela Previdência Usiminas	Tempo de INSS informado pela Previdência Usiminas
Composição Familiar		
Benefícios Concedidos		
- Aposentados	Cônjuge informado e o número e idade média dos dependentes são obtidos de acordo com a experiência de empresas	Cônjuge informado e o número e idade média dos dependentes são obtidos de acordo com a experiência de empresas
- Pensionistas	Composição informada	Composição informada
Benefícios a Conceder		
- Cônjuge	Mulher 4 anos mais nova que o homem	Mulher 4 anos mais nova que o homem
- Probabilidade de casados na aposentadoria	95%	95%
- Filhos	O número e idade média dos dependentes são obtidos de acordo com a experiência de empresas congêneres	O número e idade média dos dependentes são obtidos de acordo com a experiência de empresas congêneres
Probabilidade de opção pelos Institutos após o término do vínculo empregatício com as patrocinadoras		
- Resgate	100%	100%
- Benefício Proporcional Diferido	0%	0%
- Portabilidade	0%	0%
Hipótese de Morbidez	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos	Experiência de pagamento real do benefício nos últimos 2 anos

¹ Constituída com base na AT – 2000 Basic suavizada em 10% (taxas de mortalidade reduzidas de 10%), segregada por sexo

² Constituída com base na AT- 1983 Basic, segregada por sexo

Em 2015, assim como nos exercícios anteriores, a *Willis Towers Watson* analisou a aderência das tábuas de mortalidade de válidos e inválidos, entrada em invalidez e rotatividade à população de participantes do Plano, visando atender os dispositivos legais. Além disso, efetuou estudo da projeção de crescimento real dos salários e da taxa real anual de juros que deverá ser utilizada como taxa de desconto.

3. Razões para a seleção das principais hipóteses

3.1. Taxa real anual de juros: A taxa real anual de juro, utilizada para trazer a valor presente os pagamentos dos benefícios definidos, conforme determina a Resolução CGPC nº 18/2006, a Portaria Previc nº 197/2015 e a Instrução nº 23/2015, considerando a aplicação facultativa desta Instrução para a avaliação atuarial do encerramento do exercício de 2015, deve ser justificada pela Entidade com base em estudos técnicos que comprovem a aderência das hipóteses de rentabilidade dos investimentos ao plano de custeio e ao fluxo futuro de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios.

Considerando o resultado dos estudos realizados pela *Willis Towers Watson*, aprovados pela Diretoria Executiva e pelos Conselhos Deliberativo e Fiscal, a Previdência Usiminas e patrocinadoras do Plano, optaram por manter a taxa real anual de juros de 4,50% a.a. adotada na avaliação atuarial de 2014.

3.2. Projeção do crescimento real de salário: A taxa de projeção do crescimento real de salário deve ser baseada na Política de Recursos Humanos de longo prazo das patrocinadoras do Plano de Benefícios de modo a refletir o aumento real médio de salário que as empresas estimam que um empregado tenha ao longo de toda a sua carreira.

As patrocinadoras consideram que as taxas de projeção do crescimento real dos salários apontadas no estudo refletem as suas expectativas com relação à evolução futura média dos salários ao longo da carreira do empregado, de acordo com a respectiva Política de Recursos Humanos.

3.3. Fator de determinação do valor real ao longo do tempo: Fator aplicado sobre os salários e benefícios, a fim de determinar um valor médio e constante, em termos reais, durante o período de um ano. Este fator é calculado em função do nível de inflação estimado e do número de reajustes, dos salários e benefícios, que ocorrerá durante o período de 12 meses.

A adoção de um fator de 97% reflete a expectativa de uma inflação anual de aproximadamente 5,0%.

3.4. Hipóteses biométricas e demográficas: Objetivando identificar as tábuas biométricas e demográficas que melhor se ajustem aos perfis de morte, invalidez e rotatividade da massa de participantes do Plano foi realizada uma análise de aderência das hipóteses. Os resultados da análise indicaram a manutenção das tábuas adotadas em 2014. A *Willis Towers Watson* recomenda o contínuo acompanhamento das ocorrências na análise de aderência.

4. Conclusão

Os atuários responsáveis pela avaliação atuarial anual regular do PB1, informaram que o Plano encontra-se financeiramente equilibrado em conformidade com os princípios atuariais geralmente aceitos.

Recadastramento de Aposentados

Nos meses de maio a julho aconteceu a campanha anual de recadastramento dos Aposentados de todos os planos administrados pela Previdência Usiminas. A campanha, que para os Aposentados se realiza nos anos ímpares, recadastrou praticamente a totalidade do público convocado (99,13%). O recadastramento está previsto no Estatuto e nos normativos internos da Entidade e tem por objetivo assegurar um alto índice de confiabilidade e qualidade da base cadastral dos planos de benefícios.

Gestão Contábil



Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis aqui apresentadas estão em reais. As práticas contábeis adotadas ao longo do exercício foram auditadas pela *PricewaterhouseCoopers – PwC* e aprovadas pelos Conselhos Fiscal e Deliberativo da Previdência Usiminas. A íntegra das demonstrações está disponível para leitura no portal da Entidade: www.previdenciausiminas.com.

1. Demonstração do Ativo Líquido - DAL

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada os componentes patrimoniais do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

Descrição	2015	2014	Variação (%)
1. Ativos	4.782.327.284,37	4.736.502.943,67	0,97
Disponível	481.622,44	104.925,22	359,01
Recebível	844.908.087,13	863.212.718,28	(2,12)
Investimento	3.936.937.574,80	3.873.185.300,17	1,65
Títulos Públicos	2.226.894.301,91	1.837.749.010,71	21,18
Créditos Privados e Depósitos	1.215.466.343,90	1.242.492.704,70	(2,18)
Ações	137.121.243,24	419.550.072,60	(67,32)
Fundos de Investimento	70.708.744,81	79.741.723,81	(11,33)
Investimentos Imobiliários	274.027.768,00	281.372.252,59	(2,61)
Empréstimos e Financiamentos	12.719.172,94	12.279.535,76	3,58
2. Obrigações	240.861.100,07	244.501.944,10	(1,49)
Operacional	200.093.601,37	209.403.062,08	(4,45)
Contingencial	40.767.498,70	35.098.882,02	16,15
3. Fundos não Previdenciais	47.043.039,25	42.430.831,54	10,87
Fundos Administrativos	46.895.622,65	42.243.930,34	11,01
Fundos dos Investimentos	147.416,60	186.901,20	(21,13)
4. Resultados a Realizar	-	-	-
5. Ativo Líquido (1-2-3-4)	4.494.423.145,05	4.449.570.168,03	1,01
Provisões Matemáticas	3.902.558.146,67	3.646.515.245,69	7,02
Superávit Técnico	591.864.998,38	803.054.922,34	(26,30)
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
a) Equilíbrio Técnico	591.864.998,38	-	-
b) (+/-) Ajuste de Precificação	-	-	-
c) (+) Equilíbrio Técnico Ajustado = (a+b)	591.864.998,38	-	-

2. Demonstração das Mutações do Ativo Líquido - DMAL

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em R\$)

Este demonstrativo tem como finalidade evidenciar de forma individualizada as modificações sofridas pelo ativo líquido do plano de benefícios, ao final de cada exercício.

Descrição	2015	2014	Varição (%)
A) Ativo Líquido - Início de Exercício	4.449.570.168,03	4.273.189.003,70	4,13
1. Adições	372.677.224,70	483.238.286,28	(22,88)
(+) Contribuições	127.827.567,26	85.023.044,61	50,34
(+) Resultado Positivo Líquido Investimentos - Gestão Previdencial	244.849.657,44	398.215.241,67	(38,51)
2. Destinações	(327.824.247,68)	(306.857.121,95)	6,83
(-) Benefícios	(323.823.205,36)	(295.819.366,64)	9,47
(-) Constituição Líquida de Contingências - Gestão Previdencial	(1.997.931,98)	(8.215.862,67)	(75,68)
(-) Custeio Administrativo	(2.003.110,34)	(2.821.892,64)	(29,02)
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo Líquido (1+2)	44.852.977,02	176.381.164,33	(74,57)
(+) Provisões Matemáticas	256.042.900,98	91.642.278,73	179,39
(+/-) Superávit (Déficit) Técnico do Exercício	(211.189.923,96)	84.738.885,60	(349,22)
4. Operações Transitórias	0,00	0,00	0,00
B) Ativo Líquido - Final do Exercício (A+3+4)	4.494.423.145,05	4.449.570.168,03	1,01
C) Fundos não Previdenciais	47.043.039,25	42.430.831,54	10,87
(+) Fundos Administrativos	46.895.622,65	42.243.930,34	11,01
(+) Fundos dos Investimentos	147.416,60	186.901,20	(21,13)

3. Despesas Consolidadas da Entidade e do Plano

em 31 de dezembro de 2015 (em R\$)

3.1. Informações consolidadas sobre as despesas do Plano - PB1

Descrição	Dezembro/2015
Pessoal e encargos	4.217.746,12
Consultorias (atuarial, informática, investimentos, etc.)	276.245,55
Honorários advocatícios	907.626,37
Auditoria (contábil)	27.561,04
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLC)	485.404,82
Avaliações atuariais	50.309,45
Comunicação	174.019,30
Informática	482.876,33
TAFIC	240.000,00
PIS/COFINS	584.255,66
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	466.419,02
Total das Despesas Administrativas	7.912.463,66

Despesas Administrativas Segregadas Por Gestão	
Despesas administrativas - gestão previdencial	2.785.539,41
Despesas administrativas - gestão dos investimentos	5.126.924,25
Total das Despesas Administrativas	7.912.463,66

Despesas Registradas nos Fundos Exclusivos do Plano * (Taxa de administração, Cetip, Selic, CVM, auditoria, etc.)	522.186,66
---	-------------------

* Os valores das cotas dos fundos exclusivos estão líquidos dessas despesas. São contabilizados pela Entidade os resultados líquidos apurados pela variação das cotas. Assim, essas despesas não se caracterizam como despesas administrativas.

3.2. Consolidado de todos os Planos (PB1, USIPREV, COSIprev e PDB)

Descrição	Dezembro/2015
Pessoal e encargos	12.216.437,54
Consultorias (atuarial, informática, investimentos, etc.)	624.502,31
Honorários advocatícios	2.136.134,29
Auditoria (contábil)	130.096,15
Custódia (Banco Itaú, Cetip, Selic e CBLC)	1.020.165,59
Avaliações atuariais	234.406,20
Comunicação	779.000,03
Informática	1.287.379,23
TAFIC	540.000,00
PIS/COFINS	1.274.877,34
Outras despesas (treinamentos, outros serviços de terceiros, etc.)	1.611.174,50
Total das Despesas Administrativas	21.854.173,18

Gestão dos Investimentos



Política de Investimentos para o ano de 2016 – PB1

Apresentamos a seguir o resumo das Políticas de Investimentos do Plano de Benefícios 1 – PB1 e do Plano de Gestão Administrativa - PGA. Os documentos foram aprovados pelo Conselho Deliberativo em 2/12/2015 para o exercício de 2016 e estão disponibilizados para consulta no portal da Entidade (www.previdenciausiminas.com).

A Política de Investimentos tem por objetivo estabelecer as diretrizes gerais para o gerenciamento e a aplicação dos recursos dos planos, administrados pela Previdência Usiminas, em consonância com a legislação vigente.

Os investimentos dos recursos dos planos administrados pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar são disciplinados pela Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 3.792/2009, legislação que estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - EFPC, e em suas alterações subsequentes. Em paralelo, deverão também ser observadas as demais legislações publicadas pelos órgãos reguladores do sistema de previdência complementar fechado. Acompanhe:

1. Política de Investimentos do PB1

Dados do Plano

Plano	Plano de Benefícios 1 – PB1
Modalidade	BD (Benefício Definido)
Meta Atuarial	INPC + 4,5% a.a.
Cadastro Nacional de Plano de Benefícios (CNPB)	1979.0035-56
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Marcos Aurélio Alves

1.1. Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PB1 busca superar a meta atuarial, obedecendo aos controles de risco estabelecidos na Política de Investimentos do plano. Como suporte à elaboração desta Política, a Entidade realizou os seguintes estudos:

ALM - Asset Liability Management: Os estudos de ALM são desenvolvidos com o objetivo de identificar, com base nas características da carteira de ativos do plano e no fluxo de caixa esperado para o passivo, qual seria a melhor composição para os investimentos, de forma que os resultados sejam maximizados no longo prazo.

CFM – Cash Flow Matching: Os estudos do CFM são realizados de forma complementar aos estudos de ALM, apresentando, como resultado, um diagnóstico mais aprofundado acerca da liquidez projetada para o plano, o que dá maior segurança aos gestores nas alocações de longo prazo.

1.2. Alocação dos recursos para o Plano

A seguir apresentamos os limites de aplicação, a alocação alvo e os benchmarks por segmento de investimentos:

Segmentos de Aplicação/Alocação	Limites da Res. 3.792/2009	PB1		Alvo	Benchmark	Metas de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo			
Renda Fixa	100%	62%	100%	85%	IPCA + 5,5% a.a.	Superar o benchmark
Renda Variável	70%	0%	15%	10%	IBrX	Superar o benchmark
Imóveis	8%	0%	8%	4%	INPC + 3,0% a.a.	Acompanhar o benchmark
Operações com Participantes	15%	0%	15%	1%	INPC + 5,5% a.a.	Superar o benchmark

1.3. Controle de Riscos

Em relação à gestão dos riscos inerentes à administração dos recursos, a Entidade observa um conjunto de procedimentos para acompanhar o comportamento das aplicações realizadas. No processo de gestão do Plano, foram identificados os seguintes riscos:

- Risco de Mercado
- Risco de Crédito
- Risco de Liquidez
- Risco de Desenquadramento
- Risco Legal
- Risco Operacional
- Risco Sistêmico

Estes riscos são avaliados, controlados e monitorados constantemente pela Previdência Usiminas conforme os critérios estabelecidos na Política de Investimentos do Plano.

1.4. Acompanhamento da Política de Investimentos

O acompanhamento da Política de Investimentos será realizado mensalmente pelo Comitê de Investimentos e semestralmente pelo conselho Fiscal. O conselho Fiscal da Previdência Usiminas é o órgão responsável pelo relatório conclusivo desse acompanhamento.

A Política de Investimentos poderá ser revista a qualquer momento de maneira a refletir eventos não mencionados, bem como adequá-la a novas condições de mercado e a legislação pertinente que impactem as diretrizes determinadas no documento.

2. Política de Investimentos do Plano de Gestão Administrativa - PGA

Dados do Plano

Plano	Plano de Gestão Administrativa - PGA
Benchmark	IMA-S*
Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ)	Marcos Aurélio Alves

* Índice de mercado ANBIMA que responde à taxa Selic

2.1. Diretrizes para a alocação de recursos

A gestão dos recursos do PGA busca obter retorno equivalente ao benchmark, obedecendo aos limites e controles de risco estabelecidos na Política de Investimentos desse plano. Abaixo apresentamos os limites de aplicação, a alocação alvo e o benchmark por segmento de investimentos:

Segmento de Aplicação/Alocação	Limites da Res. 3.792/2009	PGA		Alvo	Benchmark	Meta de Rentabilidade
		Mínimo	Máximo			
Renda Fixa	100%	100%	100%	100%	IMA-S	Acompanhar o benchmark

2.2. Controle de Riscos e Acompanhamento da Política de Investimentos

O controle de riscos e acompanhamento da política de investimentos do PGA seguem os mesmos critérios e procedimentos adotados à política de Investimentos do PB1.

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PB1

em 31 de dezembro de 2015 (em R\$)

Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PB1	
Total Demonstrativo de Investimentos	3.936.366.140,25
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria	3.865.657.395,50
Depósitos	481.622,44
Títulos Públicos	2.226.894.301,91
NTN-B	2.034.354.813,50
NTN-C	192.539.488,41
Títulos Privados	1.215.466.343,90
CDB - DI CETIP	318.544.633,46
CDB - IPCA	55.210.302,84
Debêntures - IGPM	28.160,92
Debêntures - IPCA	79.064.819,61
LF - DI CETIP	14.067.975,83
LF - IPCA	748.550.451,24
Ações	137.121.243,24
USIMINAS - ON	137.121.243,24
Empréstimos/Financiamentos	12.719.172,94
Carteira Imobiliária	272.329.521,02
Valores a Pagar/Receber	645.190,05
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	70.708.744,75
FIDC CEDAE	2.996.291,79
FIA SULAM EX II	4.128.655,30
BTG EMISS II	4.744.013,86
BRADESCO TRIUMPH	58.839.783,80
Relatório de Resumo do Demonstrativo de Investimentos - PGA	
Total Demonstrativo de Investimentos	53.212.142,61
Demonstrativo de Investimentos - Carteira Própria	15.246.800,67
Depósitos	2.435,01
Títulos Privados	15.244.365,66
CDB - DI CETIP	12.499.745,83
DPGE - DI CETIP	2.744.619,83
Demonstrativo de Investimentos - Fundos	37.965.341,94
BRADESCO TRIUMPH	37.965.341,94

Montante de Investimentos com Gestão Terceirizada

em 31 de dezembro de 2015 (em R\$)

Segmento	Gestor	Valor em R\$
Renda Fixa		
FI RF TRIUMPH ⁽¹⁾	BRAM BRADESCO ASSET	58.839.783,81
BTG PACTUAL EMISSÕES PRIMÁRIAS II FIRF CP	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	4.744.013,86
FIDC CEDAE	BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	2.996.291,79
Total Fundos Renda Fixa		66.580.089,46
Renda Variável		
FIA SULAMERICA EXPERTISE II	SULAMERICA INVESTIMENTOS	4.128.655,30
Total Fundos Renda Variável		4.128.655,30
Total Terceirizado		70.708.744,76
Total dos Investimentos		3.937.419.197,00
Total Terceirizados / Total Investimentos		1,80%

(1) Fundo Exclusivo da Entidade, cujos recursos são mantidos em fundo de renda fixa com liquidez imediata, aguardando uma oportunidade para sua realocação em investimentos de longo prazo. Os recursos são direcionados também para o fluxo de caixa de curto prazo da Entidade.

Alocação por Gestor do Total Terceirizado		
Gestor	%	Valor em R\$
BRAM BRADESCO ASSET	83,21%	58.839.783,81
BTG PACTUAL ASSET MANAGEMENT	10,95%	7.740.305,65
SULAMERICA INVESTIMENTOS	5,84%	4.128.655,30
Total	100,00%	70.708.744,76

Cenário econômico

O ano de 2015 surpreendeu, negativamente, senão a todos, talvez a maioria dos analistas. No início do ano, nenhuma projeção estimava uma inflação tão alta, com variação de 10,67% para o IPCA - indicador oficial de inflação do governo - ou de 11,28% para o INPC - indicador que corrige os benefícios dos aposentados - mesmo com todo o mercado sabendo que o governo repassaria, após o período eleitoral, os aumentos necessários à recomposição dos preços administrados. Os profissionais do mercado financeiro já esperavam uma correção nos preços controlados pelo governo, tais como combustível, energia, transporte, etc., mas nenhum deles considerava altas tão expressivas.



A taxa SELIC, conhecida como taxa básica de juros da economia brasileira, que reflete o custo do dinheiro, praticamente dobrou de janeiro de 2013 a dezembro de 2015, indo de 7,50% a.a. para 14,25% a.a.. Somente no ano de 2015 foram cinco altas promovidas pelo COPOM – Comitê de Política Monetária do Banco Central do Brasil, realizadas com o objetivo de conter a inflação.

Em relação à situação econômica do país, o Produto Interno Bruto (PIB) de 2015 fechou com queda de 3,80% refletindo a deterioração do quadro de emprego e renda, juros e inflação alta. Destaca-se que o PIB de 2014 foi praticamente nulo, com crescimento de apenas 0,1%.

Ao mesmo tempo, é importante lembrar outro fator que teve uma contribuição relevante para a inflação do ano passado: a elevação do dólar em 47,01% em relação ao real. A moeda, que no início do ano valia R\$ 2,66, encerrou o ano cotada a R\$ 3,96, encarecendo os produtos importados. Isso aconteceu porque as intervenções do Banco Central, para segurar a desvalorização do real frente à moeda norte americana, diminuíram. Essa foi uma das medidas de ajuste que a equipe econômica do governo conseguiu implementar. Apesar do efeito inflacionário, a alta do dólar gerou um resultado positivo para a balança comercial, pela leve melhora nos resultados das exportações.

Ressalta-se, porém, que a necessidade de ajuste é mais abrangente, envolvendo a necessidade de reformas tributária, previdenciária etc., ou seja, vai além da correção do dólar. Porém, as medidas necessárias para tornar possível a realização de tais reformas e ajustes dependem diretamente de mobilização política. Esse, na verdade, se apresenta como o ponto de maior sensibilidade. A instabilidade econômica tem sido agravada por fatores políticos, conforme vem sendo repetidamente apontado nos noticiários. Isto porque, as incertezas geradas pelo atual cenário, tem peso relevante sobre as ações que devem ser propostas pelo governo, aprovadas pelo Congresso e, em seguida, implementadas.

Dentre os fatores de incertezas proporcionados pelo embate político observado, certamente o que está relacionado à trajetória das contas públicas é o mais relevante. Cabe destacar, em relação a esse ponto, que a decisão das agências de risco (que atribuem notas aos países e empresas com o objetivo de classificá-los como bons ou maus pagadores), pelo rebaixamento de nota do Brasil no segundo semestre de 2015, foi embasada principalmente no crescimento descontrolado da dívida Federal. Segundo estudos realizados por tais agências, a dívida pública, que em 2013 era de 53,3% do PIB, poderá chegar a mais de 80% em 2017. Em outras palavras, é o mesmo que dizer que as chances de o país não conseguir honrar com seus compromissos podem aumentar de forma relevante em pouco tempo, caso não haja uma mudança de rota na condução das finanças pelo governo.

Abaixo, segue o quadro com as variações dos principais indicadores econômicos em 2015:

Índice	Acumulado em 2015
INPC	11,28%
IPCA	10,67%
IGP-M	10,54%
CDI	13,24%
IBOV	-13,31%
IBRX	-12,41%

Perspectivas para 2016

O reequilíbrio das contas do governo tem sido colocado pelos profissionais do mercado, quase que por consenso, como ponto chave para que o país passe por um processo de recuperação de credibilidade, de forma a gerar novas perspectivas nos investidores, tornando possível a criação de um ambiente de retomada de crescimento. Obviamente essa não é uma missão fácil, pois carece de um esforço conjunto em um momento de grande desalinhamento e conflito entre o governo, sua própria base aliada, e o poder legislativo (Congresso Nacional). A esse cenário, somam-se as dificuldades dos Ministérios da Fazenda e do Planejamento em convencer os políticos de que medidas essencialmente impopulares (reforma da previdência, por exemplo) são necessárias para a recuperação da confiança.

Nesse contexto e de acordo com as projeções de mercado, no ano de 2016 também deverá haver queda do PIB. Essa reflexão considera o fato de que não houve alteração no cenário-base do ano de 2015, ou seja, enquanto a equipe econômica do governo não conseguir fixar expectativas mais otimistas para a inflação, taxa de juros, carga tributária, entre outros, não existem boas possibilidades de crescimento, pois esses são requisitos mínimos para que os empresários voltem a planejar novos investimentos, aumento de produção e novas contratações, reanimando a economia.

A inflação, nesse ambiente de insegurança, é um dos fatores de maior sensibilidade, pois impacta, principalmente, a população de menor renda. Dentre os componentes da inflação projetada para 2016, a indexação (a inflação do ano anterior é uma parte da inflação do próximo ano) e o repasse de preços administrados (ajuste de preços controlados pelo governo, como energia, transporte, combustível, etc.) continuarão influenciando de forma significativa.

Diante de tal cenário, a não ser que haja alguma mudança relevante no campo político capaz de alterar o ambiente para dar melhores condições de planejamento aos empresários e consumidores, a situação da economia continuará cheia de incertezas.

Rentabilidade dos Investimentos

em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 (em R\$)

O total dos investimentos do PB1 não superou a meta atuarial estabelecida para o ano de 2015, atingindo 6,44% de rentabilidade contra 15,96% (INPC defasado + 4,50%a.a.). A título de esclarecimento, a meta atuarial, definida na Política de Investimentos, é a rentabilidade necessária para que as aplicações dos recursos dos planos sejam suficientes para cumprimento dos compromissos futuros do Plano de Benefícios. Ressalta-se que essa meta de retorno não necessariamente deve ser superada em todos os meses.

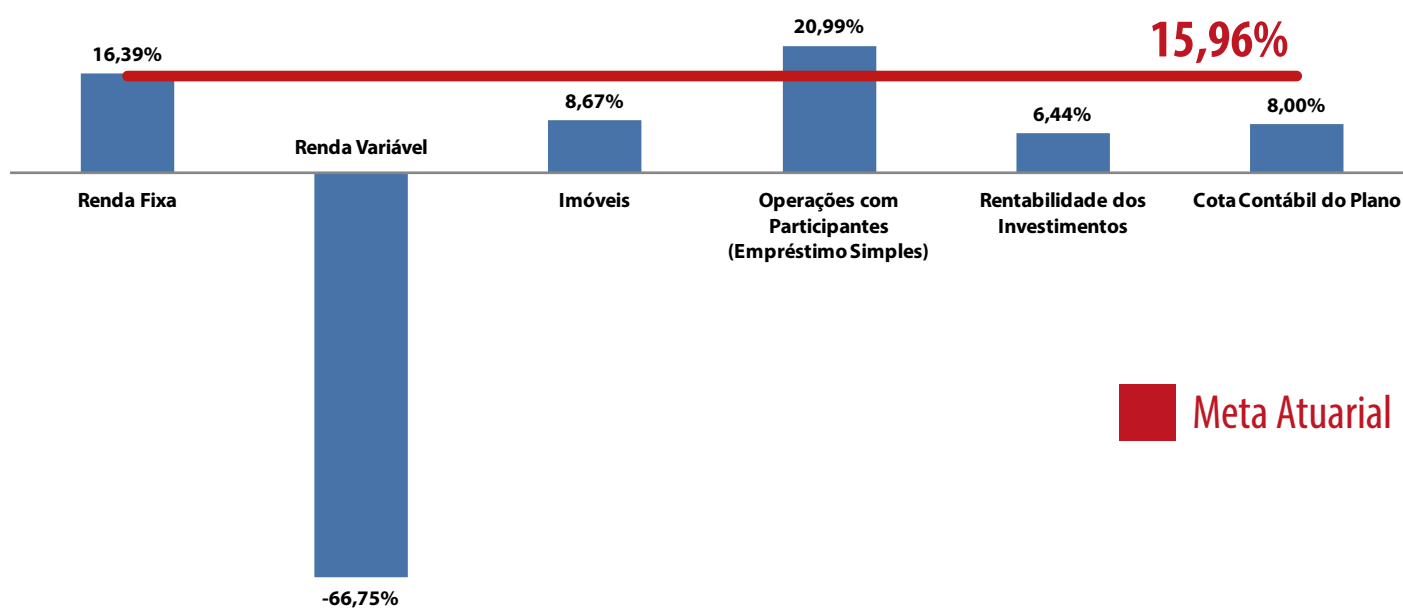
O principal motivo do não atingimento da meta atuarial foi o fraco desempenho do segmento de Renda Variável, que apresentou queda de 66,8% no ano, refletindo a desvalorização acentuada das ações USIMINAS. A aplicação do PB1 em ações da USIMINAS em 31/12/2014 era de 10,83% do total de investimentos, tendo diminuído para 3,48% em 31/12/2015 em função da queda do preço dessas ações. Se fosse possível excluir os efeitos do segmento de Renda Variável, a rentabilidade consolidada do Plano seria de 15,71%.

O segmento de imóveis também contribuiu de forma negativa para o desempenho do PB1, apesar de o Plano possuir apenas aproximadamente 7% dos recursos em investimentos imobiliários. A rentabilidade dessa carteira foi de 8,7% no período, abaixo da meta atuarial do Plano.

Já os segmentos de Renda Fixa e de Empréstimos, que geraram retorno no ano de 16,4% e 21,0%, respectivamente, superaram a meta atuarial. No caso do segmento de Renda Fixa, 79% dos recursos estão alocados em títulos corrigidos pela inflação e acrescidos de juros.

O gráfico a seguir compara o desempenho do Plano e de cada um dos segmentos de aplicação com a meta atuarial de 2015:

Rentabilidade PB1 x Meta Atuarial



Rentabilidade - Segmento de Aplicação x Benchmark

Segmento	Rentabilidade	Benchmark
Renda Fixa	16,39%	15,96%
Renda Variável	-66,75%	-12,41%
Investimentos Imobiliários	8,67%	15,96%
Operações com Participantes (Empréstimo)	20,99%	15,96%
Investimentos Consolidados	6,44%	15,96%
Cota Contábil	8,00%	15,96%

A Cota Contábil do Plano considera a rentabilidade dos investimentos líquida das despesas administrativas. Os valores das cotas também são influenciados por outros eventos, tais como as provisões e reversões de contingências e as atualizações dos créditos a receber das patrocinadoras.

É bastante comum que a variação das cotas desses planos (cotas contábeis) sejam maiores do que as rentabilidades dos Investimentos Consolidados, em virtude dos resultados desses créditos. A razão é que esses créditos não compõem o grupo de investimentos dos planos, porém são considerados para efeito do cálculo da cota contábil dos planos.

PGA – Plano de Gestão Administrativa

Apresentamos abaixo a composição da carteira de investimentos do PGA em 31/12/2015 com valores em milhares de reais:

Segmento de Investimento	Valor R\$ mil	% Total
Renda Fixa	53.210	100
Caixa	3	-
Saldo em Dezembro de 2015	53.213	100

No quadro a seguir, está demonstrada a rentabilidade do PGA e do índice utilizado como referência de desempenho:

Plano	2015	2014
PGA	12,98%	10,64%
IMA-S	13,26%	10,82%

A aplicação dos recursos do PGA é realizada com foco na preservação da liquidez. Esse plano é responsável pelo fluxo de caixa das despesas relacionadas às despesas administrativas dos planos de benefícios.

Governança Corporativa



Ação Fiscal da PREVIC

Em março de 2015, a Previdência Usiminas concluiu o processo de atendimento às orientações dos relatórios de fiscalização da PREVIC relativas à ação fiscal em que foram submetidos os planos PB1, COSIprev e PBD no segundo semestre de 2014. Em 14/9/2015, a PREVIC emitiu ofícios registrando a finalização e o arquivamento do respectivo processo.

Vale ressaltar que o processo de fiscalização obedece a uma rotina do órgão regulador e fiscalizador para verificação da aplicação de controles nas atividades desenvolvidas pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Certificação / Recertificação (Dirigentes, Conselheiros e profissionais da Entidade)

A certificação de profissionais dos fundos de pensão é um processo de aferição de conhecimentos e habilidades com o objetivo de atestar a sua competência no exercício do cargo ou função. Além de ser uma meta da Entidade, a certificação é uma exigência legal que determina o aumento do grau de profissionalismo das pessoas responsáveis pela gestão das Entidades.

Em atendimento ao Artigo 8º da Resolução CMN nº 3.792/2009, alterada pela Resolução CMN nº 4.275/2013, e da Resolução CNPC nº 19/2015, alterada pela Resolução CNPC nº 21/2015, ao final de 2015 a Previdência Usiminas apresentava o seguinte quadro:

Conselho Deliberativo		Conselho Fiscal	
Membros Efetivos		Membros Efetivos	
Certificados	11	Certificados	1
Não Certificados	0	Não Certificados	4
Membros Suplentes		Membros Suplentes	
Certificados	5	Certificados	1
Não Certificados	6	Não Certificados	4

No 1º Semestre de 2016 foram certificados dois membros do Conselho Deliberativo e quatro do Conselho Fiscal.

Ao final de 2015, também encontravam-se certificados:

- o Administrador Estatutário Tecnicamente Qualificado (AETQ);
- os demais membros da Diretoria Executiva;
- todos os membros do Comitê de Investimentos;
- todos os empregados da EFPC diretamente responsáveis pela aplicação dos recursos; e,
- os Gerentes das áreas de Conformidade e Benefícios.

Capacitação de Conselheiros, Dirigentes e Corpo Técnico

- Nos meses de julho de agosto a Usiminas disponibilizou, por meio do Portal Educar, o treinamento a distância “Lei Anticorrupção”. Oferecido como forma de disseminar o conhecimento da lei nº 12.846/2013, o curso ratificou a maneira de proceder no ambiente de trabalho, de forma a evitar situações que gerem impactos negativos para a Empresa e para o próprio empregado.

Como as Entidades Fechadas de Previdência Complementar estão no rol de pessoas jurídicas alcançadas pela lei, o curso foi extensivo também aos empregados, Conselheiros e dirigentes da Previdência Usiminas, alcançando expressiva participação deste público.

- Com o objetivo de expandir conhecimentos relacionados ao segmento de Previdência Complementar e estimular o PEC - Programa de Educação Continuada - foi realizado em outubro o 36º Congresso Brasileiro dos Fundos de Pensão.

A Previdência Usiminas marcou presença no evento, que é o maior do setor na América Latina. Promovido pela Abrapp, o congresso reuniu um número expressivo de entidades fechadas de previdência complementar, além dos órgãos governamentais do setor de previdência complementar, para debater, entre outras questões, o tema “Maturidade, Desafios e Oportunidades”. Entre as apresentações técnicas, painéis e sessões plenárias, foi feito um diagnóstico demonstrando a relevância da previdência complementar na economia e na sociedade brasileira, além de apresentadas propostas para sua expansão e elevação da poupança interna privada.

Conselho Deliberativo

Membros Efetivos

Gileno Antônio de Oliveira (Presidente)
Roberto Luis Prosdocimi Maia (Presidente Substituto)
Cristina Morgan Cavalcanti Drumond
Paulo Roberto Tôres Matta
Ítalo Quidicomo
Eduardo Moreira Pereira
Adilson Pereira Gonçalves
José Geraldo de Oliveira Meireles
José Augusto de Oliveira
Ailton Saraiva Lessa
Maria Ignez Gerken de Souza

Membros Suplentes

Eduardo Cortes Sarmiento
Edílio Geraldo de Mendonça
Ivan Lage de Araújo
Jackson Soares de Souza Reis
Paula Corgosinho Nogueira
José Carlos de Carvalho Gallinari
Salvador Prado Júnior
Gustavo Torres da Cunha Jardim
Milton Marques de Oliveira
Valmir Galli
Welligton Cândido de Almeida

Conselho Fiscal

Membros Efetivos

Marcelo Héctor Barreiro (Presidente)

Rodrigo Trindade Fogaça

Sérgio Carvalho Campos

Geraldo Magela Moura

Ailton Salgado Ribeiro

Membros Suplentes

Letícia Domingues Costa Braga (até Agosto/2015)

Romolo Gonçalves de Paula

Diego Castro Giglio

Luís Márcio Araújo Ramos

Jussara Martins Paiva Silva Araújo

Diretoria Executiva

Diretora-Presidente

Rita Rebelo Horta de Assis Fonseca

Diretor de Benefícios

Chrysantho de Miranda Sá Júnior

Diretor Financeiro

Marcos Aurélio Alves

Patrocinadoras PB1

Associação dos Empregados do Sistema Usiminas - AEU

Cooperativa de Consumo dos Empregados da Usiminas Ltda.

Cooperativa de Crédito de Livre Admissão do Vale do Aço Ltda. - SICOOB Vale do Aço

Fundação São Francisco Xavier

Previdência Usiminas

Usiminas Mecânica S.A.

Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS

Acesse o portal da Previdência Usiminas - www.previdenciausiminas.com - para ler a íntegra dos documentos com as informações apresentadas nesta publicação.



Belo Horizonte/MG

Rua Professor José Vieira de Mendonça, 3.011 - 1º Andar
Engenho Nogueira - CEP: 31310-260 - Telefone: (31) 3499-8360

Cubatão/SP

Rodovia Cônego Domênico Rangoni, Km 06 – S/Nº - Parque Industrial
Jardim das Indústrias - CEP: 11.573-000 - Telefone: (13) 3362-2076

Ipatinga/MG

Avenida Presidente Castelo Branco, 632 - loja 1
Horto - CEP: 35160-294 - Telefone: (31) 3824-7600

Santos/SP

Avenida Conselheiro Nébias, 370
Vila Mathias - CEP: 11015-002 - Telefone: (13) 3228-7722

www.previdenciausiminas.com

previdenciausiminas@previdenciausiminas.com

Telefone: 0800 083 1111